





## Relatório Azul 1999 / 2000

-----



# A violência perpetuada

A violência, há muito deixou de ser preocupação de grupos específicos da sociedade. Agravada pela desigualdade social, é hoje pauta obrigatória de todos os setores. A miséria, a fome, a falta de trabalho digno, de educação e saúde têm sido o sustentáculo dessa inimiga maior da "Cultura de paz e não violência".

A sociedade organizada reivindica melhorias sociais e maior eficiência do Estado no efetivo cumprimento de seu dever: garantir a ordem e a segurança pública.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa do RS, acompanha permanentemente, através do recebimento de denúncias, inúmeros casos de violência perpetrados contra cidadãos, de dificuldades encontradas pela polícia em concluir positivamente inquéritos policiais e de convivência de alguns agentes policiais na corrupção e na falta de alternativas sociais à miséria.

Este capítulo, com o objetivo de aprofundar esse tema, apresenta a problemática criada a partir do crescente incremento da segurança particular, a iniciativa do governo estadual da implantação do Programa de Proteção às Testemunhas - Protege, bem como a adoção de parâmetros internacionais para a redistribuição do efetivo policial, bem como as comissões parlamentares de inquérito que procuram desbaratar e buscar alternativas para o combate ao crime organizado.

Como complemento, apresentamos uma análise da implantação dos Juizados Especiais Criminais, que completam cinco anos de existência, e, ainda uma reflexão sobre o segmento que aparece nas estatísticas como primeiro entre todas as vítimas: a juventude.

## Proteção através de segurança particular

Estando desacreditada a confiança na proteção oferecida pelo Estado, representada pela polícia, a própria sociedade tem buscado alternativas para enfrentar a violência que hoje assola a comunidade. Uma delas é a contratação de policiais, nos horários de folga, para fazer a segurança particular de residências. E com o agravamento da situação econômica, os baixos salários e a falta de um controle mais efetivo, existem servidores policiais que buscam trabalhos extras, como por exemplo, de segurança particular.

É claro que tal situação, a longo prazo, não beneficia nenhuma das partes, pois o Estado deveria proporcionar segurança a todos os cidadãos, assim como a remuneração dos policiais deveria ser adequada à sua sobrevivência. Além disso, o não uso da farda policial, não raras vezes acarreta em abuso de autoridade, pois esse cidadão não se despe de sua profissão de origem, como também, resulta na morte destes profissionais.

Por outro lado, um exército paralelo às forças policiais guarnece as ruas do Rio Grande do Sul, sem habilitação para a função. Segundo cálculos do Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG), da Brigada Militar, o número de vigias particulares clandestinos chega a 45 mil homens, quase o triplo de policiais militares

que atuam no policiamento ostensivo no Estado, que beira 16 mil. Estimativas apontam que o número de zeladores irregulares cresceu 30% de janeiro a julho de 2000. A atividade ilegal cresce no vácuo deixado pelos organismos responsáveis em reprimir a criminalidade, na falta de legislação que regule a atividade devido ao alto índice de desemprego.

Conforme o presidente do Sindicato dos Vigilantes da Região Metropolitana, a categoria tem 16 mil trabalhadores em atividade regularizada no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, somente em Porto Alegre e Novo Hamburgo, existem 14 mil vigias na clandestinidade. No Brasil, segundo ele, o número chega a 650 mil. Afirma fazer denúncias frequentes às autoridades e lamenta que o controle sobre essa atividade ilegal seja pouco rigoroso. Os serviços de segurança pessoal, de escolta armada, de transporte de valores e vigilância bancária bem como os cursos de formação – fiscalizados pela Polícia Federal – no Estado, aumentaram 100% nos últimos 12 meses. Conforme o delegado Gilberto Ricardo Wias, da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp), da Polícia Federal, durante cinco anos haviam 52 empresas cadastradas e no último ano este número saltou para 104. O patrulhamento de rua é atribuição exclusiva da Brigada Militar e cabe a ela coibir irregularidades. O GSVG cadastra empresas de vigilância cuja atividade não caracteriza usurpação da função pública e faz blitz eventuais, mas isso não é uma regra geral na corporação, porque falta legislação específica para esse serviço. (Zero Hora, 09/07/00, p. 46).

A Secretaria da Justiça e da Segurança revela que, atualmente, está sendo procedida a investigação de 440 servidores militares estaduais que atuam nos serviços de segurança particular.

## Garçon é espancado em ônibus

algemando  
suas mãos,  
para logo em  
seguida  
espancá-lo.

A CCDH recebeu, no dia 24 de novembro de 1999, a denúncia do garçom T.B., que foi espancado por cinco homens dentro de um ônibus, quando retornava para sua casa, em Viamão, após o trabalho, por volta das 8 horas do dia 21, juntamente com seu irmão e mais dois conhecidos. Depois de uma brincadeira feita pelo irmão, que disse ao cobrador não ter dinheiro para pagar a passagem, três homens, armados e com algemas, vieram ofendê-los, chamando-os de vagabundos, "bebum" e desocupados. T.B., que estava cochilando, acordou e disse ao cobrador que iria pagar as passagens de todos que estavam com ele e mesmo assim as agressões continuaram. Mais adiante, outros dois homens entraram no ônibus, dizendo que T.B. e seus amigos estavam fazendo confusão ao que ele respondeu não ser o responsável pela provocação e pediu para estes cidadãos se identificarem, pois a todo momento os mesmos perguntavam: "Você sabe com quem está falando?" Ao tentar passar para frente do coletivo, o irmão de T.B. levou um tapa no rosto, fato que fez T.B. descer do ônibus e se dirigir junto com seus amigos até a garagem da empresa, onde pretendia reclamar das agressões sofridas, pois o motorista do ônibus havia afirmado que os mesmos eram seguranças contratados pela empresa. Neste momento, os cinco homens retornaram, dentro de um Fiat Uno preto, quatro portas e sem placas, desceram do veículo e o imobilizaram, algemando suas mãos, para logo em seguida espancá-los. T.B. foi colocado dentro do carro e levado para a 18ª Delegacia de Polícia, onde os agressores afirmaram que ele estava portando drogas. Pouco antes, a caminho da Delegacia, um dos homens falou para ele: "olha o que achamos com você".





## Violência urbana

T.B. só foi liberado depois das 10 horas, encaminhando-se ao Hospital de Pronto Socorro (HPS) para ser atendido, e onde registrou ocorrência da agressão, realizando, posteriormente, exame de corpo delito. Procurou também a direção da empresa de transporte coletivo, que afirmou não ter conhecimento dos fatos ou das pessoas que perpetraram as agressões. Mais tarde, T. B. obteve informações, através de pessoas que trabalham no ramo, que existe um consórcio de proprietários de empresas de transporte coletivo, que contratam seguranças particulares como forma de coibir a ação de assaltantes.

A CCDH oficiou ao Departamento Médico Legal (DML), que enviou cópia do exame de corpo delito, confirmando a presença de escoriações e edemas traumáticos, sendo o mesmo remetido a 18ª Delegacia de Polícia que, respondendo ao ofício remetido pela CCDH (nº 3907/99), informou que havia instaurado o inquérito policial nº 270/99100318-A, para apuração, em tese, de crime de porte de tóxico e também abuso de autoridade. Informou também que, embora devidamente intimados, os dois policiais militares que apresentaram T.B. quando da ocorrência do fato, não compareceram para prestar depoimento. Após ter solicitado a Corregedoria-Geral da Brigada Militar que investigasse a possibilidade da participação de policiais militares, investidos na função de seguranças particulares, nas agressões contra T.B. (nº 3905/99) a CCDH oficiou novamente, solicitando providências quanto ao fato dos policiais militares ignorarem as intimações relativas a este inquérito policial (nº 2642/2000), sendo que até o fechamento deste Relatório, nenhum destes ofícios foi respondido.

os agressores afirmaram que ele estava portando drogas.

## Jovem agredido por seguranças de bar

os seguranças o levaram para rua ...

No dia 28 de março de 2000, a CCDH foi procurada pela mãe do jovem L.F., vítima de agressão por seguranças de uma casa noturna, por volta das 6 horas do dia 23 de março, depois de uma discussão dentro do local. O jovem diz que os seguranças o levaram para rua, onde foi espancado. O caso foi registrado na 9ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre. A CCDH encaminhou o ofício nº 1253/2000 à direção do estabelecimento, pedindo a averiguação da denúncia, bem como à Delegacia de Polícia (ofício nº 1254/2000), que informou haver encaminhado a ocorrência a 1ª Delegacia de Polícia, por se tratar de área de circunscrição daquele Distrito. Até o fechamento deste Relatório, a direção do estabelecimento e a 1ª Delegacia de Polícia não informaram à CCDH as providências e encaminhamentos realizados pelos mesmos.

... onde foi espancado.

## Caseiro é morto durante o trabalho

encontrado  
morto quatro  
dias depois ...

A CCDH recebeu denúncia dos familiares de J.U., no dia 8 de novembro de 1999. Dado como desaparecido no dia 27 de outubro, J.U. foi encontrado morto quatro dias depois, com os olhos furados e as orelhas cortadas, com ferimentos de arma de fogo. Seu corpo foi localizado por pessoas da comunidade, na RS-118, no Beco das Flores. Contam as irmãs da vítima que o rapaz foi pego no domingo, dia 24, por volta das 16 horas, pelo patrão, para ir à chácara onde trabalhava. Elas afirmam que viram J.U., pela última vez, na segunda-feira seguinte, dentro do carro do seu patrão, acompanhando-o. A CCDH encaminhou o ofício nº 154/2000, à 1ª Delegacia de Polícia, solicitando informações sobre os encaminhamentos realizados, tendo recebido cópia do inquérito policial, com os depoimentos, exame de corpo delito realizado pelo Departamento Médico Legal (DML). Até o fechamento do presente Relatório não foram enviadas informações sobre o desfecho do referido inquérito.

... com os olhos  
furados e as  
orelhas  
cortadas.

## Adolescente espancado por "gang"

Com lesões  
graves.

A mãe de A.O., de 19 anos, procurou a CCDH, no dia 19 de abril de 2000, para denunciar a agressão sofrida pelo filho. O adolescente foi atacado por um grupo de aproximadamente 15 pessoas, lideradas por A.M., na noite do dia 7 de março, na praia de Atlântida. Com lesões graves, A.O. foi socorrido por moradores, que o levaram para o hospital de Xangri-lá e após ao hospital de Capão da Canoa. Devido a gravidade das lesões A.O. foi encaminhado à Porto Alegre, para realizar uma tomografia computadorizada, permanecendo em observação por 24 horas. O carro do jovem também foi totalmente danificado, tendo que ser rebocado até Porto Alegre.

Depois de registrar ocorrência na Delegacia de Polícia de Xangri-lá, a mãe procurou a CCDH porque estava preocupada com os encaminhamentos da agressão sofrida por seu filho, tendo em vista que o agressor que liderou o espancamento é filho de um político influente. A CCDH encaminhou o ofício nº 1772/2000 à Delegacia de Polícia de Xangri-lá, solicitando informações sobre os encaminhamentos realizados. Até o fechamento deste Relatório não recebeu nenhum retorno.

foi socorrido  
por  
moradores.

## Jovem morto por policial civil ao participar de assalto

caído no chão,  
com um  
ferimento à  
bala no ombro  
direito.

A CCDH foi procurada, no dia 9 de outubro de 1999, pelo pai do adolescente H.A., de 18 anos, morto ao participar de assalto a um posto de gasolina, na avenida Padre Cacique, no dia 2 de setembro. Ele pediu o auxílio da CCDH porque não conseguia retirar uma cópia da ocorrência registrada na 20ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre e afirmou que estava recebendo ameaças pelo telefone.

H.A. participava do assalto ao posto de gasolina juntamente com outro jovem, A.L., de 20 anos, quando foram surpreendidos por um policial civil, que





sacou um revólver e efetuou um disparo contra os assaltantes. H.A. fugiu e, segundo depoimento do policial militar que saiu em perseguição ao jovem, o mesmo foi encontrado em um posto próximo ao local do assalto, caído no chão, com um ferimento à bala no ombro direito. Encaminhado ao Hospital de Pronto Socorro (HPS), o adolescente veio a falecer logo depois.

A pergunta sobre se esta história não poderia ter um outro desfecho encontra respaldo nas declarações do policial civil que frustrou o assalto do qual participava H.A., quando foi ao posto de gasolina comprar refrigerantes: “A uma distância de cerca de 20 metros avistou dois desconhecidos em uma motocicleta, sendo que um apontava a arma para o frentista e o outro revistava seus bolsos. Ambos, neste momento, estavam afastados da moto. Reconhece que naquele momento quem apontava a arma era A.A., que ao notarem sua presença, A.L. gritou ‘não vem, não vem’ girando o corpo e apontando a arma ao depoente. Imediatamente, vendo o iminente risco à vida do frentista e a sua, sacou do revólver que portava e efetuou um disparo. A.L., apavorado, deixou que o frentista lhe tomasse a arma que portava. A.H. saiu correndo, levando o dinheiro do frentista”. Neste momento, o policial revela que deu voz de prisão a A.L. que estava de posse da arma, e que outros policiais, após ouvirem o estampido causado pelo disparo, chegaram até o posto e empreenderam perseguição a H.A. Foi informado, após alguns minutos, de que o H.A. havia sido baleado e conduzido ao HPS.

O HPS, oficiado pela CCDH sobre os procedimentos tomados quando da entrada do paciente H.A. naquele nosocômio, informou, conforme o ofício nº 533/99, de 13 de dezembro de 1999, que a única pessoa a dar entrada naquele Hospital, na data de 3 de setembro de 1999, com aquele prenome, era um cidadão de 65 anos, sendo que a causa do atendimento foi caso clínico.

chegaram até  
o posto e  
empreenderam  
perseguição a  
H.A.

## Índices da criminalidade no RS

É prática comum do “Relatório Azul”, a publicação dos índices de criminalidade do Estado, para que sirva de análise ao público interessado e, também, como suporte de informação para realização de estudos e comparações da evolução da situação da segurança pública. Apresentamos a seguir os quadros com os indicadores de criminalidade, conforme o registro de ocorrências no Rio Grande do Sul, incluindo a região metropolitana de Porto Alegre, a capital e o interior do Estado. O levantamento apresentado foi construído com base em estatísticas oficiais fornecidas pelo relatório apresentado pelo Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (Diplanco) da Polícia Civil, observando o período 1995 a 1999.

Comparativo de criminalidade em relação à população / RS

		1995	1996	1997	1998	1999
População**		9.518.570	9.623.281	9.762.110	9.846.928	9.981.887
Homicídios	Absoluto	1.856	2.149	2.004	2.170	1.618
	Relativo*	19,38	21,37	21,24	21,99	16,15
Suicídios	Absoluto	588	1090	860	911	828
	Relativo*	18,31	11,31	8,81	9,23	8,16
Ocorrências	Absoluto	245.178	365.951	347.427	308.944	248.216
	Relativo*	8.176,13	8.977,79	8.680,78	9.130,93	7.748,79

Fonte: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO) da Polícia Civil. \*Ocorrências por 100.000 habitantes. \*\*Dados fornecidos pelo IBGE, números parciais, sujeitos à alteração. Obs.: Esta tabela apresenta pequenas variações no total de ocorrências criminais em relação aos dados publicados no "Relatório Azul", edição 97, em função de alterações no recorte temporal.

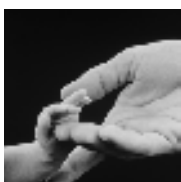
Em relação ao conjunto do Estado do Rio Grande do Sul, percebe-se um decréscimo de homicídios, suicídios e do total de ocorrências por 100.000 habitantes em 1999, comparativamente aos anos anteriores.

Comparativo de criminalidade em relação à população - Porto Alegre

		1995	1996	1997	1998	1999
População**		1.296.948	1.388.879	1.298.181	1.486.194	1.292.611
Homicídios	Absoluto	318	376	347	417	273
	Relativo*	24,54	29,17	41,04	31,91	11,12
Suicídios	Absoluto	156	144	91	69	11
	Relativo*	18,99	12,2	7,81	4,26	5,49
Ocorrências	Absoluto	209.417	218.685	211.791	148.348	284.387
	Relativo*	16.158,17	17.702,91	17.851,51	18.630,30	15.811,7

Fonte: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. \* Ocorrências por 100.000 habitantes. \*\* Dados fornecidos pelo IBGE, números parciais, sujeitos à alteração.

Observando-se a série histórica da criminalidade em Porto Alegre, nota-se um decréscimo da incidência de homicídios e do total de ocorrências por 100.000 habitantes em 1999, relativamente aos anos anteriores. Já os suicídios tiveram pequena elevação no último ano da série.







# Violência urbana

## Ocorrências registradas no Estado (Polícia Civil)

Distribuição		1991	1996	1997	1998	1999	Variação % 1998/1999
Arrombamento		35.074	38.889	38.197	48.727	41.799	1,99
Furto de veículos		101.44	11.589	14.444	14.845	14.750	-0,65
Furto em veículos		15.008	15.563	16.469	18.111	14.712	-39,32
Abigeato		4.976	4.488	4.681	5.930	4.717	-11,44
Outros furtos		75.482	79.121	74.747	76.477	88.497	5,37
Roubo		16.699	18.937	30.284	32.490	42.835	31,28
Tóxico		2.488	3.767	4.379	4.699	6.043	29,03
Embriaguez		15.123	12.625	11.836	12.778	12.608	-1,35
Homicídios		1.358	2.249	72.684	72.430	1.610	-
Lesões corporais		37.998	41.308	37.984	38.778	44.692	8,96
Acidentes de trânsito	Com morte	1.376	2.898	640	99.711	1.116	-
	Com lesões corporais	16.964	11.418	50.598	27.314	21.997	-40,1
	Com danos Materiais	38.531	46.152	92.491	88.711	48.132	-54,71
Outras ocorrências		418.415	478.487	486.578	512.800	484.088	-31,38
Total		785.178	845.932	897.437	988.944	767.716	-14,79

Fonte: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. \*Nas ocorrências de homicídios do Departamento de Polícia do Interior (DPI), estão incluídos, até o ano de 1998 (inclusive), os acidentes de trânsito com morte, o que inviabilizou o cálculo da variação percentual 1998-99. \*\*Computado somente capital, 1.ª, 2.ª e 3.ª Delegacia Regional Metropolitana (DRM) no ano de 1998, o que inviabilizou o cálculo da variação percentual 1998-99. Obs.: No item "homicídios" houve correções realizadas pelo DPI, motivo pelo qual há diferenças entre esta edição e as anteriores do "Relatório Azul".

No Rio Grande do Sul, houve um decréscimo do total de ocorrências policiais em 1999, com uma variação de -14,79% em relação ao ano de 1998. Os delitos que mais decresceram foram: acidente de trânsito com danos materiais, outras ocorrências, acidente de trânsito com lesões corporais. Aumentaram os delitos de: roubo, furto em veículo, tóxico, abigeato, lesão corporal, outros furtos.

## Ocorrências registradas na capital (Polícia Civil)

Discriminação		1995	1996	1997	1998	1999	Varição % 1998/1999
Arrombamento		5.957	5.648	4.773	5.843	5.699	13,01
Furto de veículos		5.552	4.699	5.568	5.001	4.948	-5,0
Furto em veículos		5.719	4.298	4.057	4.257	5.587	40,64
Atigração		188	200	198	220	194	-11,82
Outros furtos		25.432	24.984	22.212	21.526	23.763	10,39
Roubos		10.065	10.243	10.888	10.864	16.591	52,72
Tóxicos		825	1.218	1.521	1.907	2.014	55,64
Extorsões		2.487	2.643	2.573	2.369	2.335	-1,29
Homicídios		518	576	547	417	275	-34,5
Lesões corporais		11.998	13.078	12.595	11.008	13.694	4,47
Acidentes de trânsito	Com morte	386	543	240	315	256	-25,08
	Com lesões corporais	6.364	7.778	8.884	5.874	5.818	-2,61
	Com danos materiais	34.064	38.072	48.930	42.530	17.814	-58,11
Outras ocorrências		184.052	115.132	117.368	129.792	104.327	-19,31
Total		289.417	228.685	218.732	241.348	204.495	-15,97

Fontes: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. Dados 1995-98. Relatório Anual da Polícia Civil, 1999.

Em Porto Alegre também foi observada uma diminuição do total de ocorrências policiais em 1999 relativamente ao ano anterior, de -15,97%. Houve um decréscimo dos seguintes delitos: acidente de trânsito com danos materiais, homicídio, acidente de trânsito com morte, outras ocorrências, furto de veículos, acidente de trânsito com lesões corporais. Aumentaram os roubos, furtos em veículos, tóxicos, arrombamentos, outros furtos, lesões corporais.





## Violência urbana

Ocorrências registradas nas 1ª, 2ª e 3ª DRM (Polícia Civil)

Distribuição		1994	1995	1996	1997	1998	1999	Variação % 1999/1998
Arrombamento		4.551	3.983	7.913	7.646	7.830	8.373	5,66
Furto de veículos		896	907	2.861	2.700	2.868	2.983	8,48
Furto em veículos		1.059	1.004	2.605	2.711	3.061	3.596	24,6
Abigeato		385	541	702	653	741	807	8,91
Outros furtos		8.417	8.681	14.324	13.213	14.813	12.591	-7,32
Roubos		5.225	5.840	11.292	12.090	11.693	15.489	32,80
Tóxicos		312	308	788	818	757	1.197	59,2
Estelionato		898	1.311	2.014	1.990	2.864	2.283	-18,61
Homicídios		802	296	524	492	469	349	-23,59
Lesões corporais		8.690	8.614	12.122	10.808	11.353	11.262	-0,77
Acidentes de Trânsito	Com morte	375	185	541	523	253	273	16,07
	Com lesões corporais	4.221	3.146	7.548	7.580	7.902	6.147	-18,86
	Com danos materiais	6.497	7.850	17.096	11.298	10.905	4.128	-58,94
Outras ocorrências		66.413	74.425	110.358	106.715	114.608	85.792	-25,14
Total		107.883	117.089	190.382	190.038	198.207	158.900	-15,76

Fontes: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. Dados 1995-98. Relatório Anual da Polícia Civil, 1999.

De acordo com o quadro acima, nas três DRM's pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre (com exceção da Capital, analisada separadamente), repete-se a tendência estadual de diminuição do total de ocorrências policiais registradas em 1999, com variação negativa de -15,76% em relação a 1998. Decresceram especialmente os delitos de: acidente de trânsito com danos materiais, homicídio, outras ocorrências, acidente de trânsito com lesões, outros furtos. Tóxicos, roubos, furto em veículos, lesão corporal, acidente de trânsito com morte, estelionato, abigeato, arrombamento, foram os delitos que mais cresceram em 1999, comparativamente ao ano anterior.

## Ocorrências registradas no interior (Polícia Civil)

Discriminação	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Varição 1998/1999 %
Arrombamento	29.089	25.534	24.456	25.738	23.814	23.627	-0,83
Furto de veículos	5.785	5.815	4.345	5.168	5.774	5.819	0,78
Furto em veículos	9.544	8.227	8.461	9.704	11.687	14.819	26,80
Abigeato	5.629	4.247	3.575	3.851	4.969	5.726	15,23
Outros furtos	46.612	41.849	38.911	39.330	40.558	44.003	7,49
Roubos	10.710	10.794	7.402	8.198	9.553	10.755	8,96
Tóxicos	1.051	1.275	1.761	1.989	2.435	2.912	19,59
Estelionatos	7.289	9.305	7.948	7.261	7.945	7.590	-4,47
Homicídios	1.218	1.242	1.345	*1.655	*1.524	587	-35,24
Lesões corporais	35.887	37.378	36.716	34.113	35.885	37.736	7,56
Acidentes de trânsito	1.251	1.377	1.414	1.236	1.883	718	-33,7
	Com morte						
	Com lesões corporais						
	Com danos materiais						
Outras ocorrências	231.517	245.938	251.015	242.454	270.900	213.568	-21,16
Total	443.881	456.672	441.865	436.225	468.889	404.452	-13,78

Fontes: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. Dados 1995-98. Relatório Anual da Polícia Civil, 1999. \*Nas ocorrências de homicídio do Departamento de Polícia do Interior (DPI), estão incluídos, até (inclusive) 1998, os acidentes de trânsito com morte, o que inviabilizou o cálculo da variação 1998-99. Obs: No item "homicídios" houve correções realizadas no Departamento de Polícia do Interior, motivo pelo qual há diferenças entre o "Relatório Azul", edição 98/99, e os anteriores.

No interior do RS, percebe-se, da mesma forma que nos outros âmbitos analisados, um decréscimo do número total de ocorrências em 1999, com variação percentual negativa de -13,78% em relação ao ano de 1998. Decresceram especialmente os delitos de: acidente de trânsito com danos materiais, acidente de trânsito com morte, outras ocorrências e estelionato. Os delitos que tiveram significativo acréscimo em 1999, comparativamente a 1998, foram: furto em veículos, tóxico, abigeato, roubo, outros furtos, lesão corporal.

A diminuição geral das ocorrências envolvendo delitos ocorridos no trânsito pode estar associada com o período de implementação do Novo Código de Trânsito Brasileiro, a partir de 22 de janeiro de 1998.

A fim de se avaliar a incidência diferenciada de eventos criminais nos três espaços acima expostos, elaborou-se o seguinte quadro comparativo, referente aos delitos de roubos, tóxicos, homicídios e lesões corporais:





Quadro comparativo das ocorrências criminais da capital, região metropolitana e interior do RS, dados da Polícia Civil - 1998-1999

	Período	Roubos	Tóxicos	Homicídios	Lesões
Capital	1998	10.864	1.501	417	13.108
	1999	16.591	2.014	273	13.694
		51,72%	33,64%	-34,53%	4,47%
Região-metropolitana	1998	11.665	752	489	11.185
	1999	15.489	1.137	349	13.262
		32,8%	50,28%	-25,89%	18,57%
Interior	1998	9.953	2.435	1.284	15.085
	1999	10.355	2.912	987	17.736
		8,66%	19,58%	-23,13%	7,56%
Total	1998	32.480	4.689	2.170	39.378
	1999	42.835	6.063	1.610	44.692
		31,88%	29,09%	-25,81%	8,95%

Fontes: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. Dados 1995-98. Relatório Anual da Polícia Civil, 1999.

Observa-se, no quadro acima, que os homicídios decresceram de uma forma geral, em 1999, com destaque para a Capital do Estado, onde foi verificada uma variação negativa de -34,53% em relação a 1998, enquanto que nos demais locais o decréscimo aproximou-se da variação estadual, em torno de -25%. Os delitos que tiveram maior elevação no período 1998-99 foram os de roubos e de tóxicos, em todos os espaços considerados. Roubos cresceram principalmente em Porto Alegre e na área de competência das três Delegacias Regionais Metropolitanas (DRM's); ao passo que tóxicos incidiram majoritariamente na Região Metropolitana, em Porto Alegre e no Interior do Estado. Também se verifica um aumento significativo das lesões corporais na área da 1ª, 2ª e 3ª DRM's.

A seguir apresentam-se quadros com a incidência de roubos por local e tipo de vítima, na capital e na área de competência das três Delegacias Regionais Metropolitanas, no período 1995 a 1999, que detalham as manifestações deste tipo de criminalidade.

Violência urbana

## Ocorrências de roubo na Capital (Polícia Civil)

Discriminação		1995	1996	1997	1998	1999
Furtos:		5.062	4.634	4.589	4.841	7.518
Residências particulares		824	699	652	716	941
Estabelecimentos comerciais	Bancos, similares	89	41	67	10	11
	Jóias, relógios, óculos	2	2	11	5	6
	Postos de gasolina, garagens	109	86	144	118	241
	Barros, restaurantes	51	91	160	327	375
	Supermercados, similares	118	181	517	246	*
	Farmácias, clínicas	51	88	136	311	311
	Hotéis, similares	6	31	15	9	15
	Outros estabelecimentos comerciais	1.116	1.161	1.377	1.263	1.576
Materias	Têxtil	381	380	545	518	618
	Particulares	764	1.644	1.889	860	1.392
	Óculos	125	248	694	309	1.319
	Carros-forte	1	0	5	1	1
	Carros de entrega	45	81	202	367	268
Outros		1.929	1.699	1.511	1.295	1.187
Total		18.061	18.741	16.988	20.866	36.378
		Variação %: 1998/1999			52,52	

Fonte: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. \* Em 1999, o dado não foi coletado.

O quadro anterior demonstra um importante acréscimo do número de roubos na capital no ano de 1999 em relação a 1998: 52,52%. Percebe-se que ocorreu um incremento deste tipo de delito em quase todas as modalidades consideradas, com exceção dos roubos praticados contra farmácias e clínicas.





## Violência urbana

### Furto/roubo de veículos (Polícia Civil)

Local	Tipo	1995	1996	1997	1998	A*	C*	O*	Ca*	M*	Outras	Total 1998
Capital	Furto/roubo	4.806	6.199	6.193	5.563	5.863	622	4	34	362	45	7.029
	Recuperação	2.943	3.299	3.321	2.953	2.894	231	2	15	144	10	3.386
MDOM	Furto/roubo	551	824	1.193	996	1.050	58	4	26	154	18	1.290
	Recuperação	833	1.251	1.591	1.180	1.401	38	2	12	78	5	1.536
2ª DOM	Furto/roubo	851	860	840	842	879	101	2	25	74	12	1.091
	Recuperação	852	862	792	684	857	69	1	14	27	12	980
PDOM	Furto/roubo	-	2.150	1.953	2.683	2.806	183	116	7	246	24	3.482
	Recuperação	-	1.191	1.455	1.673	2.187	131	9	14	119	13	2.462
Interior	Furto/roubo	5.615	4.345	5.168	5.774	3.884	637	10	158	1.145	73	6.087
	Recuperação	4.171	3.271	4.058	4.886	3.848	282	5	180	635	52	4.132
Total	Furto/roubo	11.653	14.358	15.534	15.858	14.781	1.600	156	248	1.581	172	18.899
	Recuperação	8.901	9.874	11.484	10.725	10.357	634	19	135	1.085	91	12.456
Porcentagem recuperação		75,53	68,73	74,57	67,63	70,07	39,59	13,27	62,30	51,15	52,91	65,91

Fonte: Serviço de Estatística/Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/Polícia Civil. \* A- automóvel; C- camioneta; O- caminhão; M- moto.

O quadro anterior demonstra que ocorreu uma elevação dos furtos e roubos de veículos no RS, seja qual for a região considerada: capital, municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre ou Interior do Estado. Ele também revela que o percentual de recuperação de veículos furtados ou roubados sofreu um pequeno decréscimo em 1999 (65,91%), considerando-se a taxa do ano anterior (67,63%).

Roubo a banco (Polícia Civil)

Área	1995*	1996	1997	1998	1999
Capital	68	71	67	80	61
Região metropolitana	59	51	51	37	32
Interior	106	88	119	57	61
Total	214	183	237	124	156
Variação % 1998/1999				75,81	

Fonte: Serviço de Estatística / Divisão de Planejamento e Coordenação (DIPLANCO)/ Polícia Civil. \*Alterou-se o valor referente a 1995, pelo fato de ter sido criada a 3ª DRM. Obs.: A diferença observada entre os dados deste quadro e aqueles referentes aos roubos por modalidades, anteriormente analisados, deve-se a problemas ocorridos na coleta e organização das informações.

Em 1999, o roubo a banco no Estado apresentou um incremento de 25,81% em relação ao ano anterior. Este aumento foi mais pronunciado na capital, onde esse delito mais que duplicou de 1998 para 1999.

## Alternativas à impunidade e violência

O Estado tem buscado algumas alternativas para combater a violência urbana. Dentre as iniciativas, está a implantação de um atendimento diferenciado a vítimas de violência, no Departamento Médico Legal; do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas de Violência, a relocação de policiais, de acordo com critérios de criminalidade, e a consolidação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais para a conjugação de ações de menor potencial ofensivo.

## Vítimas da violência recebem atendimento psicossocial

O Departamento Médico Legal (DML) oferece o Serviço de Atendimento Psicossocial para as pessoas que sofreram violência doméstica ou abuso sexual. Esse trabalho tem o objetivo de dar apoio psicológico às vítimas e "prestar um primeiro atendimento para a superação da crise", como afirma a psicóloga Ana Cristina Mitidiero, coordenadora do serviço.

As vítimas também são encaminhadas para os locais onde o problema poderá ser solucionado: rede pública de saúde, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, Organizações Não Governamentais, abrigos, etc.

Mesmo depois de prestar seu atendimento, o Serviço de Atendimento Psicossocial continua prestando tratamento para os indivíduos, até a sua recuperação. Os atendimentos são realizados de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 18h, na clínica do DML, localizada na Avenida Ipiranga, 1807, em Porto Alegre.

## Proteção a testemunhas ameaçadas

O Rio Grande do Sul foi o pioneiro em legislação de proteção a vítimas e testemunhas ao promulgar, em 20 de janeiro de 1999, a Lei Estadual nº 11.314 de autoria do então deputado estadual Marcos Rolim (PT), que dispõe







sobre proteção, auxílio e assistência às vítimas da violência. Em 27 de março de 2000, o Decreto nº 40.027, em conformidade com a Lei Estadual, instituiu o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (Protege). O Programa vem a ser a alternativa mais imediata e mais viável para a resolução dos processos arquivados por falta de provas; por uma justiça lenta, desaparelhada e despreparada para identificar autoria e punir seus responsáveis. Situação que persistirá enquanto as vítimas e os seus familiares tiverem suas vidas ameaçadas pelo violador. Devemos considerar as condições de precariedade em que se encontram os institutos criminais, na produção da prova pericial e a questão de que um grande número de fatos não podem ser provados através de documentos.

Por outro lado, o crime organizado, a ocorrência constante de “chacinas” nas periferias das grandes cidades, a violência urbana, o envolvimento de agentes públicos, sobretudo policiais, com a criminalidade, estão a exigir a adoção de mecanismos capazes de coibi-los e de proporcionar respostas do Estado na forma de sanções penais e demais meios legais.

Dessa forma, o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas - Protege, vem contribuir para o combate à impunidade e na elucidação de crimes. O Programa busca assegurar a integridade física, social e psicológica das testemunhas e seus familiares que estejam sendo coagidos ou expostos à grave ameaça em razão de terem presenciado ou tomado conhecimento de atos criminosos, detenham informações necessárias à investigação e desejem colaborar com as autoridades competentes e/ou com o processo judicial.

A partir disso, uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, assistente social, advogado e técnicos de segurança, visa prover o atendimento a essas testemunhas, possibilitando o estabelecimento de um processo de reinserção social e reconstrução de suas vidas.

Dessa forma, o Programa Estadual de Proteção a Testemunhas Ameaçadas do RS vem estabelecendo inúmeras parcerias no sentido de formar uma rede de proteção capaz de assegurar a integridade física dos beneficiários do programa, bem como dar condições ao exercício pleno de cidadania a esses cidadãos que contribuíram, com seu testemunho, efetivamente, para a desconstrução da criminalidade no RS. Transcrevemos a seguir a íntegra do Decreto que institui o programa:

“Decreto nº 40.027, de 27 de março de 2000.

Institui o Programa Estadual de Proteção Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas – Protege-, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas, denominado Protege a que se refere o inciso III do artigo 3º da lei 11.314, de 20 de janeiro de 1999, que terá como finalidade assegurar a integridade física e psicológica e a segurança das testemunhas, bem como de seus familiares, que estejam sendo coagidos ou expostos a grave ameaça em razão de terem presenciado ou indiretamente tomado conhecimento de atos criminosos, e detenham informações necessárias à investigação e desejem colaborar com as autoridades competentes e/ou com o processo judicial.

Parágrafo único – O Protege terá como órgão executor a Secretaria da Justiça e da Segurança.

Art. 2º - São objetivos do Programa instituído por este decreto:

I – informar, orientar e assessorar as testemunhas ameaçadas por violência decorrente de questões de natureza familiar, civil, criminal ou constitucional;

II – acompanhar as diligências policiais ou judiciais em que estiver a testemunha ameaçada;

III – velar pela efetiva integridade e segurança da testemunha, de maneira que possa contribuir, sem riscos, com os serviços realizados pela autoridade competente, decidindo pela adoção das medidas protetivas nos artigos 7º a 9º da Lei Federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999;

IV – promover o esclarecimento ao público sobre suas finalidades;

V – elaborar e providenciar a veiculação de campanhas de prevenção à violação e de conscientização da população quanto à importância de contribuir para a investigação administrativa ou policial e para a apuração da prática de crimes.

Art. 3º – O programa será dirigido por um Conselho Deliberativo, integrado por um representante de cada órgão a seguir relacionado:

a) Secretaria da Justiça e da Segurança, que o presidirá;

- b) Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social;
- c) Defensoria Pública do Estado;
- d) Gabinete do Governador;
- e) Procuradoria-Geral do Estado.

§ 1º - Serão convidados a integrar o Conselho Deliberativo do Programa os seguintes representantes:

- a) um do Poder Judiciário do Estado;
- b) um do Ministério Público do Estado;
- c) um da Ordem dos Advogados do Brasil – RS;
- d) um da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado;
- e) um de entidade não-governamental relacionada à defesa e promoção dos direitos humanos

§ 2º - A realização das atividades necessárias ao Programa poderá ser objeto de convênios, ajustes ou termos de parceria com a União, outros Estado, ou com entidades não-governamentais.

§ 3º - Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessários à execução do Programa.

§ 4º Os representantes de que trata este artigo serão nomeados e exoneros pelo Governador do Estado.

Art. 4º - São atribuições do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas:

- I – referendar os pedidos de inclusão no Programa de acordo com os critérios explicitados por este Decreto;
- II – apreciar a exclusão do programa dos benefícios que não tenham se adaptado às regras necessárias à proteção oferecida ou que tenham, por qualquer outro motivo, manifestado conduta incompatível;

III – especificar o tipo de proteção e auxílio necessário aos casos admitidos pelo programa, ratificando as medidas adotadas pelo Órgão Executor;

IV – buscar unificar as ações necessárias à proteção e auxílio dos beneficiários no âmbito dos Poderes instituídos e seus órgãos internos;

V – propor ao Poder Público a realização de convênios com entidades da sociedade civil para a execução das medidas de proteção e auxílio;

VI – organizar e coordenar uma rede de proteção social entre entidades civis, militares e religiosas para atender às finalidades do presente Programa;

VII – buscar a divulgação dos objetos do Programa junto aos meios de comunicação, à rede escolar, às prefeituras e Câmaras municipais e à sociedade em geral;

VIII – assegurar o absoluto sigilo dos encaminhamentos tomados, conservando a salvo de qualquer ameaça de violação os dados referentes a cada caso examinado;

IX – encaminhar propostas de estabelecimento de parceria e colaboração como o Programa Federal de Proteção a Testemunhas;

XII – definir plano para efetuar os mecanismos de proteção às testemunhas ameaçadas nos casos de transferência de residência;

XIII – apresentar ao Chefe do poder Executivo a proposta orçamentária para o custeio das despesas com medidas de proteção de testemunhas ameaçadas.

Parágrafo único – As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º – O Protege compreende as seguintes medidas aplicáveis, isoladas ou cumulativamente, em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso;

I – segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II – escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III – transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

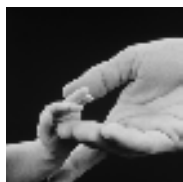
IV – preservação da identidade, da imagem e dos dados pessoais;

V – ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular e de inexistência de qualquer fonte de renda;

VI – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público estadual;

VII – apoio e assistência social, médica e psicológica;

VIII – sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;





IX – possibilidade da transferência dos filhos estudantes do protegido para a escola da rede pública de ensino;

X – apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

§ 1º - A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo Conselho Deliberativo no início de cada exercício financeiro.

§ 2º - As medidas de proteção estarão condicionadas à disponibilidade orçamentária.

Art. 6º - A proteção concedida pelo programa e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 1º - A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.

§ 2º - Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo Programa.

§ 3º - O ingresso no Protege, condicionado à evidência de ameaça à vida, à integridade física ou psicológica da testemunha que impedia de depor ou levá-la a falsear a verdade em face de fundadas razões para temer o dano, e as demais medidas por ele adotadas, terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

§ 4º - Após ingressar no Programa, o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

§ 5º - As medidas e providências relacionadas com o Programa serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 7º - A solicitação objetivando ingresso no Programa poderá ser encaminhada ao órgão executor:

I – pelo interessado;

II – por representante do Ministério Público;

III – pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

IV – pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;

V – por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

§ 1º - A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre a sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º - Para fins de instrução do pedido, o Órgão Executor poderá solicitar com a aquiescência do interessado:

I – informações ou documentos comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da existência ou não de pendência de obrigações administrativas, civis, fiscais, financeiras ou penais;

II – exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

§ 3º - sempre que necessário e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a testemunha será colocada sob custódia pelo Órgão Executor, que comunicará imediatamente o Conselho deliberativo e o Ministério Público.

Art. 8º - Toda admissão no Programa ou exclusão dele será precedida de comunicação ao Ministério Público e à autoridade administrativa ou policial ou ao juiz competente.

Art. 9º - A exclusão da pessoa protegida pelo Programa poderá ocorrer a qualquer tempo;

I – por solicitação do próprio interessado;

II – em consequência de cessação dos motivos que ensejaram a proteção ou de conduta incompatível do protegido, a critério do Conselho Deliberativo.

Art. 10 – A proteção o Conselho deliberativo ou o Órgão Executor solicitar ao Ministério Público que requeira ao juiz a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção, quando entender necessário.

Parágrafo único - Fica resguardado o sigilo das informações e mantido o controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado, em conformidade com o dispositivo na Lei Federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Art. 12 – O Conselho Deliberativo elaborará seu regimento Interno estabelecendo a dinâmica e periodicidade de suas reuniões, as responsabilidades de seus membros e todas as demais questões atinentes ao seu funcionamento.

Art. 13 – A Secretaria da Justiça e da Segurança, no prazo de 30 dias após a publicação do presente decreto, encaminhará ao Governador do Estado proposta de corpo técnico e de pessoal de apoio necessário ao início das atividades do Programa.

Art. 14 – As despesas decorrentes da execução do Protege correrão à conta do Fundo instituído pela Lei n.º 11.394, de 13 de dezembro de 1999.

Art. 15 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”

## Proteção a vítimas de violência

No dia 6 de abril de 2000, a CCDH realizou o seminário “Proteção a Vítimas de Violência e Testemunhas Ameaçadas no RS”, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. O evento contou com a presença da deputada estadual Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, do Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Cláudio Barros Silva, do deputado federal Marcos Rolim (PT/RS) e do gerente de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Gustavo Ungaro, além de representantes da Anistia Internacional, Fundação Aliança por um Brasil sem Drogas e Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

O seminário foi realizado pela CCDH e governo do Estado, com o objetivo de subsidiar a execução do programa no Rio Grande do Sul. Ungaro falou sobre o funcionamento do programa de proteção a testemunhas do governo federal, quem são seus beneficiários, do papel da polícia e encerrou a sua exposição com um relato sobre a situação atual do programa. A deputada Maria do Rosário abordou a reformulação da Lei que institui a proteção a testemunhas no Estado, lembrando que existem alguns problemas de concepção, sendo que está tramitando na Casa a proposição do Ministério Público, de modificação da Lei, no que diz respeito ao apoio, considerando, para efeito dessa lei, testemunhas e vítimas de crimes todos aqueles que: “art. 2º - sejam familiares ou possuam relação direta com a vítima ou testemunha, porque a lei original se refere somente à relação com a vítima”, bem como aqueles que tenham sofrido ou estejam na iminência de sofrer algum dano ao intervirem para socorrer a quem se encontra em perigo atual ou iminente. E também: estejam sofrendo ou expostos a ameaças por haver presenciado ou tomado conhecimento de atos criminosos ou tenham informações necessárias à investigação ou a processo judicial.”

## “Proteção a vítimas e a testemunhas no Brasil

Gustavo Ungaro <sup>1</sup>

A sociedade brasileira vive um momento em que o desgaste das instituições públicas, provocado pelas suspeitas de que muitas delas encontram-se corroídas ou penetradas por formas diversas de expressão criminosa, e a plêiade de mazelas que recaem sobre o conjunto da população – desemprego, pauperização, violência – estão a demandar efetivo enfrentamento por parte dos Poderes constituídos, com a participação da sociedade organizada.

A sensação de insegurança e os fatores que alimentam esse sentimento devem ser superados também através de políticas públicas capazes de atingir duas finalidades: alterar o quadro causal e minorar os efeitos decorrentes.

Para o primeiro propósito revelam-se imprescindíveis as políticas governamentais de cunho social, notadamente as ações voltadas à adequada distribuição de renda, à geração de emprego, à universalização da educação, da saúde e da moradia, ao acesso à terra, à garantia de previdência e assistência.

Quanto as situações decorrentes de fenômenos criminosos, endêmicas a qualquer sociedade contemporânea, devem as mesmas ser objeto de políticas de segurança pública, afetas ao sistema de justiça, aí compreendidas, além das instâncias do Poder

<sup>1</sup> Gerente de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.





Judiciário e do Ministério Público, também as comissões parlamentares de inquérito, os conselhos de defesa de direitos, as corporações policiais e as estruturas de administração penitenciária.

É nesse espectro que se coloca um programa de proteção a testemunhas, como o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, política pública de garantia da vida de pessoas ameaçadas, buscando colaborar com o combate à impunidade e com a diminuição da violência.

#### Experiência brasileira

No Brasil, a experiência de proteger pessoas submetidas a grave risco em virtude de colaboração para o esclarecimento de crimes teve início há poucos anos, a partir de iniciativas concretas bem sucedidas, algumas delas capitaneadas por organizações não-governamentais.

Foi a partir da iniciativa dada pelo Estado de Pernambuco, que iniciou uma prática até então inédita de proteção a testemunhas, providenciando a mudança do local de residência das pessoas ameaçadas através de cooperação entre organizações não-governamentais de variada espécie, que não só providenciavam a moradia como também buscavam favorecer a reinserção social daquelas pessoas, através de colocação profissional e alguma forma de assistência.

Tal iniciativa, conjugada com procedimentos de segurança e sigilo empregados nos principais programas internacionais de proteção a testemunhas, como Inglaterra, Canadá, Estados Unidos e Itália, se construiu o modelo brasileiro de proteção a testemunhas, calcado em sólida parceria entre os poderes públicos e com a fundamental participação da sociedade civil organizada, numa sinergia própria dos tempos atuais, em que se busca a diminuição da distância entre o Estado e a cidadania.

Ademais, a atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, colegiado ligado ao Ministério da Justiça que historicamente recebe denúncias de violações e zela pelo respeito às prerrogativas essenciais do ser humano, logo revelou a importância de se garantir a integridade física e psicológica das testemunhas e vítimas ameaçadas, a fim de se permitir a devida apuração de crimes graves, com a conseqüente responsabilização dos autores do ilícito.

Assim é que este Ministério, através da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, busca a implantação e o fortalecimento do programa de proteção a testemunhas no âmbito nacional, estimulando as Unidades Federativas a assumirem suas responsabilidades, realçando sempre a imprescindibilidade da presença, como protagonistas desse processo, do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, das secretarias de Estado, das Polícias e das organizações não-governamentais.

#### Marco jurídico

A cobrir com manto jurídico o processo de institucionalização do programa de proteção a testemunhas no Brasil, veio a Lei Federal nº 9.807, promulgada em 13 de julho de 1999, disposta a estabelecer normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, além de instituir o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e de dispor sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O recente diploma legal inovou em vários aspectos, prevendo a criação de instâncias decisórias e estruturas operacionais adequadas ao desenvolvimento do programa na União, nos Estados e no Distrito Federal, definindo os potenciais beneficiários da iniciativa, as medidas protetivas, assistenciais e as condições para sua concessão, estipulando a possibilidade de mudança do nome completo da pessoa protegida e estabelecendo a proteção aos réus colaboradores, inclusive com a hipótese de redução da pena ou mesmo do perdão judicial.

A própria estrutura formal da Lei deixa evidente diferenciação fundamental que não pode passar despercebida: há que se distinguir a vítima ou testemunha ameaçada em relação ao réu colaborador; aquela é objeto do Capítulo I, dedicado à proteção especial a vítimas e as testemunhas ameaçadas, enquanto este, o réu colaborador, tem sua situação prevista no Capítulo II, donde é forçoso inferir que a pessoa presa que colabora com a polícia ou com a justiça não pode ser beneficiária do programa de proteção a testemunhas, mas sim demanda proteção diferenciada a ser prestada pelos órgãos de segurança pública.

#### Funcionamento do programa

O programa de proteção a testemunhas tem sua operacionalização feita através de estruturas especialmente delineadas para tal fim: Conselho Deliberativo, Órgão Executor, Equipe Técnica e Rede de Proteção.

Dessa forma, cada Estado tem um Conselho Deliberativo, que é a instância decisória do programa, responsável pelo ingresso e exclusão de pessoas ameaçadas, sendo composto por representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública da Rede de Proteção.

A assistência social, jurídica e psicológica, necessária tanto para verificar a necessidade da proteção quanto para acompanhar os casos incluídos no programa, é feita pela Equipe Técnica, formada por profissionais especialmente contratados e capacitados para a função.

A Rede de Proteção, por fim, é o conjunto de associações civis, entidades e demais organizações não-governamentais que se dispõem voluntariamente a receber, sem auferir lucros ou benefícios, os admitidos no programa, proporcionando-lhes moradia e oportunidades de inserção social em local diverso de sua residência habitual.

Assim, a notícia de que uma vítima ou testemunha corre risco é levada ao Conselho Deliberativo, que decide quanto à sua inclusão ou não no programa, para tanto considerando a análise do caso feita pela Equipe Técnica e o parecer do Ministério Público. O Órgão Executor, então, providencia o traslado e a acomodação da pessoa em local sigiloso, dentro da Rede de Proteção.

#### Beneficiários da proteção

O programa de proteção a testemunhas compreende uma série de medidas que podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, a depender da circunstância específica de cada caso, podendo-se mencionar a ajuda financeira mensal, a assistência jurídica, psicológica e social, a preservação da identidade, imagem e dados pessoais, o apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas.

Convém destacar que o beneficiário da proteção, à luz da determinação legal: é a vítima ou testemunha que esteja coagida ou exposta a grave ameaça, colaborando com a investigação ou com o processo criminal, tenha importância para a produção da prova e não possa ter, sem dificuldades, sua situação equacionada pelos meios convencionais. Uma vez que a testemunha atenda a tais requisitos, a proteção pode se estender a seus familiares, conforme as particularidades do caso concreto.

Vê-se, pois, que estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, bem como os condenados que estejam cumprindo pena e os indicados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades.

Por óbvio, a Lei expressa em acentuar que tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

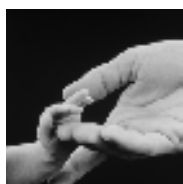
#### Papel da polícia

A essas pessoas, impedidas de ingressar no programa por força da expressa disposição legal, somam-se aquelas que, por qualquer motivo, tenham sido desligadas do programa mas permaneçam correndo riscos, subsistindo a interesse público na sua proteção, vez que da mesma resultará a garantia da vida e a colaboração com a investigação e com o processo judicial.

Diante de tais situações apresenta-se como imperativo o papel dos órgãos policiais enquanto estruturas públicas aptas a lidar com casos impossíveis de serem absorvidos pelo programa, bem como é a polícia capaz de proporcionar segurança através de proteção ostensiva e acolhimento provisório em questões emergenciais, até a análise técnica da equipe do órgão executor, a manifestação do Ministério Público e a decisão do Conselho Deliberativo.

A Lei acomete esta tarefa aos órgãos policiais em quatro momentos:

1. Ao estipular quem está excluído da proteção, no parágrafo 2º do artigo 2º, estabelece que o impedimento ao ingresso no programa não prejudicará a prestação, por parte dos órgãos de segurança pública, de medidas assecuratórias da integridade das pessoas





ameaçadas; no parágrafo 2º do artigo 4º aparece a obrigação de os órgãos policiais prestarem colaboração e apoio necessários à execução de cada programa, portanto nos Estados e no plano federal, logo vinculando as polícias estaduais e a polícia federal.

A situação de urgência vem descrita no parágrafo 3º do artigo 5º, quando o órgão executor deverá, levando em consideração a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, colocar provisoriamente a vítima ou a testemunha ameaçada sob custódia de órgão policial, no aguardo de decisão do Conselho Deliberativo sobre o ingresso definitivo.

Em relação ao réu colaborador, o artigo 15º e seus três parágrafos estabelecem medidas especiais de proteção e segurança, tanto no caso do cumprimento de pena em regime fechado, quanto na situação de prisão temporária, preventiva ou em decorrência de flagrante delito, sendo que nesta hipótese o colaborador deve ser custodiado em dependência separada dos demais presos.

Logo se vê a necessidade de envolvimento dos órgãos policiais no equacionamento destas situações, e isto felizmente tem ocorrido.

Alguns Estados já criaram áreas específicas, nas suas polícias civis, responsáveis por proteção de testemunhas, resultando mesmo na instituição de delegacias especializadas, com equipes próprias, e casas de proteção temporária.

Também as polícias militares, com seu papel de policiamento ostensivo e garantidor da ordem pública, têm contribuído com inúmeros aspectos da proteção, cabendo mencionar as escoltas durante deslocamentos de testemunhas e a segurança nos espaços físicos relacionado com a proteção, sendo muitas vezes tal atuação desempenhada por policiais da Corregedoria especialmente designados para tanto.

A polícia federal, no âmbito de sua competência jurídica, também tem prestado grande contribuição à proteção de testemunhas, fazendo escolta nos traslados interestaduais e acolhendo temporariamente casos emergenciais de aguda gravidade e repercussão nacional.

#### Situação atual do programa

Já existe na capital da República uma casa de proteção, de responsabilidade da polícia federal, onde são abrigadas as pessoas ameaçadas até a conclusão dos procedimentos necessários à inclusão definitiva no Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, com o conseqüente deslocamento para outro Estado.

Beneficiam-se hoje, no Brasil, do programa de proteção a testemunhas 169 pessoas, através de convênios firmados entre a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Gajop e sete Estados, sendo São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e Pará.

O Ministério da Justiça empenha-se, agora, na renovação dos convênios com os Estados, no aprimoramento do programa, na obtenção de recursos financeiros e na edição de decreto federal apto a regulamentar a lei de proteção a testemunhas, em sintonia com as expectativas da sociedade.

Como se percebe, o programa de proteção a testemunhas é uma realidade, consolida-se e tem ressaltado seu relevo como instrumento de apoio ao combate à impunidade e à violência, em defesa da cidadania."

## Critérios para distribuição do efetivo da BM

Em atenção ao ofício nº 024/RA/2000, a Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS) revela que, com relação à relocação de policiais em serviço, a Brigada Militar, nos últimos anos, tem utilizado como parâmetro os índices de criminalidade associados à fórmula representada pelo número de policiais por habitante, de acordo com a população total do município, ressaltando, ainda, que a partir do mês de maio de 2000 a corporação passou a orientar-se pelos critérios estabelecidos na Portaria nº 071, de 02 de maio de 2000, da SJS, para distribuição de seu efetivo nos diversos municípios do Estado.

\*Portaria nº 071, de 02 de maio de 2000

Regula os critérios e os procedimentos a serem adotados para distribuição e redistribuição do pessoal dos órgãos subordinados da Secretaria da Justiça e da Segurança, visando aumentar o número de servidores na atividade fim.

O secretário de Estado da Justiça e da Segurança, no uso de suas atribuições,

Considerando que há excesso de servidores nas atividades administrativas e em órgãos operacionais;

Considerando a necessidade de corrigir distorções históricas e de racionalizar o gerenciamento de pessoal, adotando critérios aceitos internacionalmente;

Considerando a existência de indicadores de lotação de efetivos reconhecidamente utilizados, em especial para o policiamento ostensivo;

Considerando o compromisso desta Secretaria da Justiça e da Segurança em garantir o direito à segurança em todos os municípios do Estado;

Considerando a necessidade de disciplinar as transferências dos servidores policiais;

Considerando a importância de que as transferências de servidores observem critérios de necessidade, possibilidade e razoabilidade;

Considerando o parágrafo único do artigo 55 do Decreto nº 38.107, de 22 de janeiro de 1998, que regulamenta a Lei de Organização Básica da Brigada Militar.

Resolve:

Art. 1º - Adotar os seguintes procedimentos para redistribuição dos efetivos da Brigada Militar:

Parágrafo único: o projeto de redistribuição de pessoal deverá acontecer em três fases a fim de que sejam minimizados transtornos e prejuízos sociais para os servidores:

I – 1ª fase: abertura de acesso direito, através da diretoria administrativa da Brigada Militar, para os policiais militares que queiram ser transferidos, em caráter voluntário, dos municípios em que prestam serviço para os municípios com falta de pessoal. A idéia está baseada na centralidade administrativa e organizacional da Brigada Militar com vistas a agilizar decisões e permitir redistribuição criteriosa do pessoal. A execução deverá ocorrer no prazo de 90 dias;

II – 2ª fase: transferência dos policiais em excesso para os municípios com falta de pessoal na própria região em que está inserido, no prazo de 90 dias, estabelecendo-se critérios de disponibilidade do servidor, adequação de moradia e de outras necessidades sociais dos servidores;

III – 3ª fase: novo estudo das necessidades de adequação do pessoal em excesso, com transferência por necessidade de serviço, se for o caso, para os municípios com falta de contingente. Na implementação da presente fase, serão estabelecidos convênios com os municípios visando a implementação de projetos habitacionais, educacionais, entre outros.

Art. 2º - Estabelecer as seguintes relações de policiamento (RP) a serem atingidas como ideais no Estado:

a) Nos municípios com mais de um milhão (1.000.000) de habitantes a RP será recomendada pela Unesco para áreas povoadas, ou seja, um policial para trezentos e cinquenta (350) habitantes;

b) Nos municípios com mais de quinhentos mil (500.000) habitantes até um milhão (1.000.000) de habitantes a RP será de um policial para quatrocentos (400) habitantes;

c) Nos municípios com mais de cem mil (100.000) habitantes até quinhentos mil (500.000) habitantes a RP será de um policial para quatrocentos e cinquenta (450) habitantes;

d) Nos municípios com mais de trinta mil (30.000) habitantes até cem mil (100.000) habitantes, a RP será de um policial para cada quinhentos (500) habitantes;

e) Nos municípios com mais de dez mil (10.000) habitantes até trinta mil (30.000) habitantes, a RP será de um policial para quinhentos e cinquenta (550) habitantes;

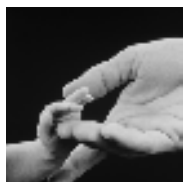
f) Nos municípios com mais de cinco mil (5.000) habitantes até dez mil (10.000) habitantes, a RP será de um policial para seiscentos (600) habitantes;

g) Nos municípios com até cinco mil (5.000) habitantes, a RP será de um policial para seiscentos e cinquenta (650) habitantes, devendo ser garantida a lotação mínima de cinco policiais, a fim de possibilitar a articulação do serviço nas vinte e quatro horas diárias.

Parágrafo primeiro: a RP é o número obtido pela divisão da população do município pela quantidade de policiais existentes lotados na atividade de policiamento ostensivo.

Parágrafo segundo: a RP por habitantes deve diminuir nos municípios onde existe penitenciária, área de fronteira ou portuária.

Parágrafo terceiro: o número de habitantes dos municípios adotado para o cálculo da RP será o previsto no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.







Art. 3º - A lotação dos policiais recém formados deverá ocorrer com os seguintes critérios:

- a) incidência criminal nos municípios;
- b) RP por habitantes;
- c) Existência de penitenciária, área de fronteira e portuária;
- d) Lotação mínima.

Art. 4º - Nas unidades operacionais da Brigada Militar fica estabelecido como razoável a faixa percentual entre cinco por cento (5%) e oito por cento (8%) de ocupação do pessoal empregado nas atividades administrativas.

Art. 5º - As unidades da Brigada Militar, nas atividades de apoio, devem reduzir, gradativamente, seus efetivos em até cinco por cento (5%) do pessoal existente.

Art. 6º - No Batalhão da Polícia Fazendária e na Força Tarefa da Brigada Militar, atuando nos presídios, deverá ocorrer rodízio de pessoal de tal forma que o tempo máximo de permanência dos servidores seja de um (1) ano, sendo que o número de pessoal existente em relação ao previsto tenha uma defasagem igual ao Comando Regional de Polícia Ostensiva Área Metropolitana (CRPOAM).

Art. 7º - No Batalhão de Polícia Rodoviária deverá ocorrer rodízio de pessoal de tal forma que sejam renovados em um percentual de 20% de seus quadros, anualmente, ficando vedada a permanência dos servidores nesta OPM por um período superior a cinco anos, sendo que o número de pessoal existente em relação ao previsto tenha uma defasagem igual ao CRPOAM.

Art. 8º - Na Polícia Civil ficam adotados os seguintes procedimentos para redistribuição de pessoal:

- a) remoção emergencial de delegados de polícia da capital para o interior do Estado num percentual de vinte por cento (20%).

- b) Remoção para delegacias de polícia de vinte por cento (20%) do efetivo de agentes dos seguintes departamentos:

- Departamento de Administração Policial (DAP);
- Departamento de Informática Policial (DINP);
- Departamento de Telecomunicações (DETEL);
- Departamento de Polícia de Trânsito (DPTRAN);
- Conselho Superior de Polícia (CSP);
- Academia da Polícia Civil (ACADEPOL).

- c) Redução de vinte por cento (20%) do efetivo existente em atividades administrativas nos seguintes departamentos:

- Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA);
- Departamento Estadual de Investigação Criminal (DEIC);
- Departamento Estadual de Narcotráfico (DENARC);
- Departamento de Polícia do Interior (DPI);
- Departamento de Polícia Metropolitana (DPM).

- d) Prazo de 90 dias para a execução desse processo, contados da data desta publicação e considerados os efetivos existentes.

- e) Deverão ser remanejados os servidores com menor tempo de serviço na Polícia Civil.

f) Todos os policiais que tenham sido denunciados por abuso de autoridade, concussão, prevaricação ou corrupção e que foram submetidos a sindicâncias, inquéritos policiais e processo administrativo deverão ser permutados das funções operacionais para as funções administrativas.

g) Os comissários de polícia lotados nos Departamentos referidos nas letras 'b' e 'c' deverão ser remanejados como chefes de serviços nas delegacias de polícia.

- h) Os policiais remanejados deverão ser lotados em funções operacionais nas delegacias dos seguintes departamentos:

- Departamento Estadual de Investigação Criminal (DEIC);
- Departamento Estadual de Narcotráfico (DENARC);
- Departamento de Polícia Metropolitana (DPM);
- Departamento de Polícia do Interior (DPI).

i) Deverá ser remetido à Secretaria da Justiça e da Segurança, mensalmente, relação do pessoal lotado nos Departamentos citados neste artigo.

Art. 9º - Fica estabelecido que as circunscrições regionais da Polícia Civil e da Brigada Militar devem coincidir com as divisões geográficas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Social, sendo que o número de regionais no Estado, deve ser reduzido, gradativamente, até o limite de adequação necessária ao funcionamento administrativo e operacional.

Art. 10º - Os Comandos Regionais de Polícia devem assumir as funções administrativas dos órgãos operacionais subordinados.

Art. 11º - É vedada a transferência dos servidores policiais lotados em municípios com carência de pessoal para municípios com excesso de contingente.

Art. 12º - Toda e qualquer transferência de servidor policial fora dos padrões requeridos por esta regulamentação, deverá obter autorização prévia do senhor secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

Art. 13º - As escalas de serviço da Brigada Militar, da Polícia Civil e da Susepe devem ser adequadas para proporcionar condições de folga e de trabalho aos servidores, com o cumprimento da carga horária de quarenta horas semanais adaptada a necessidade racional das atividades.

Art. 14º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário ”.

## “Breves notas a respeito dos Juizados Especiais Criminais<sup>2</sup>

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo<sup>3</sup>

A implantação dos Juizados Especiais Criminais (JEC), previstos na Constituição de 1988 e regulamentados pela Lei nº 9.099/95, corresponde a uma lógica de informalização da justiça, entendida não como a renúncia do Estado ao controle de condutas e no alargamento das margens de tolerância, mas como a procura de alternativas de controle mais eficazes e menos onerosas<sup>4</sup>.

A Lei nº 9.099/95 deu aos Juizados Especiais Criminais a competência para a conciliação e o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, que compreendem as contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941) e os crimes a que a lei penal comine pena máxima não superior a um ano de detenção ou reclusão, excetuados os delitos para os quais está previsto procedimento especial. Desde a sua promulgação, em setembro de 1995, o rito processual nela previsto passou a ser imediatamente aplicado, pelas Varas Criminais comuns, especialmente a suspensão condicional do processo e as novas alternativas de conciliação entre vítima e autor do fato e de transação entre Ministério Público e autor do fato.

Com a implantação dos Juizados Especiais, havia a expectativa de uma significativa redução do movimento processual nas Varas Criminais Comuns, que poderiam concentrar a atenção nos delitos mais graves. A análise do movimento processual verificado na Comarca de Porto Alegre nos dois anos anteriores e posteriores à implantação dos Juizados não confirma essa expectativa.

Tomando por base os dados fornecidos pelos mapas de andamento processual da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul referentes à Comarca de Porto Alegre para o período considerado, o que se verifica é que, enquanto nos anos de 1994 e 1995 foram distribuídos para as Varas Criminais Comuns em torno de seis mil processos por ano, em 1996 o número de processos distribuídos salta para 54.687, baixando para 37.608 processos no ano de 1997.

Apesar da significativa redução percentual, o volume de processos distribuídos nas antigas Varas Criminais se mantém praticamente inalterado. Como essas Varas foram reduzidas, a partir da criação dos Juizados, de 18 para 14, há de fato um aumento do número de processos para as Varas Criminais Comuns. A conclusão é que, ao invés de assumir uma parcela dos processos criminais das Varas Comuns, os Juizados Especiais Criminais passaram a dar conta de um tipo de delituosidade que não chegava até as Varas Judiciais, sendo resolvido através de processos informais de ‘mediação’ nas Delegacias de Polícia, ou pelo puro e simples ‘engavetamento’. Com a entrada em vigor da Lei nº 9.099/95, as ocorrências policiais deste tipo de crime, que se encontravam nas Delegacias, aguardando a realização de inquérito policial, e que normalmente resultavam em arquivamento pela própria Polícia Civil, foram remetidas para os Juizados Especiais.

<sup>2</sup> Para uma abordagem mais ampla sobre a implantação dos Juizados Especiais Criminais, vide AZEVEDO, Rodrigo, *Informalização da Justiça e Controle Social*, IBCCRIM, São Paulo, 2000.

<sup>3</sup> Advogado, Especialista em Análise Social da Violência e da Segurança Pública, mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>4</sup> Dias e Andrade, 1992, p. 403.





Quanto ao tempo médio de tramitação dos processos criminais, constata-se que o rito processual adotado pelos Juizados Especiais é efetivamente mais rápido do que nas Varas Criminais. Os dados disponíveis quanto à morosidade judicial dizem respeito ao tempo médio de tramitação dos processos criminais encerrados no primeiro semestre do ano de 1998 em Porto Alegre. Enquanto nas Varas Criminais o tempo médio de tramitação foi de 520 dias, nos Juizados Especiais Criminais a média foi de 130 dias de tramitação.

Uma das principais evidências obtidas a partir da análise dos mapas de andamento processual da Corregedoria Geral de Justiça é quanto ao alto número de processos cujo término se deveu ao arquivamento, situação em que não chega a ser realizada nenhuma audiência durante o processo.

Como se pode verificar pelas entrevistas realizadas e em contato com os próprios funcionários dos cartórios, isto ocorreu em grande parte porque um dos dispositivos da Lei nº 9.099/95 não foi respeitado pelas Delegacias de Polícia, muito menos pelas secretarias de muitos dos Juizados Especiais, nesse período de implantação: a intimação das partes para a audiência de conciliação (art. 71, da Lei nº 9.099/95).

Indo até a Delegacia para registrar a ocorrência, a vítima permanecia aguardando o encaminhamento judicial da questão. Não sendo intimada para a audiência de conciliação, e nem avisada de que o registro na polícia não era considerado como representação, passados seis meses o processo era arquivado por decadência do direito de representação (art. 103 do Código Penal), resultando em uma situação de impunidade e na manutenção da descrença da população quanto à possibilidade de judicialização desse tipo de delito. Outra causa comum de arquivamento é o não encaminhamento, pela Polícia Judiciária, dos exames de corpo de delito, necessários para a comprovação da materialidade do fato.

Dentre os mais de cem delitos considerados pela Lei nº 9.099/95 como de menor potencial ofensivo, por terem pena de prisão até um ano, tanto a observação das audiências quanto as entrevistas com os juizes que atuam nos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre confirmaram uma ampla predominância de dois tipos penais: os delitos de ameaça e lesões corporais leves, que juntos corresponderam a 76% das audiências observadas.

No Brasil, o processo de abertura e informalização da prestação estatal de justiça ocorre em uma situação na qual ainda não há de fato um Estado de Direito funcionando plenamente sob critérios racionais-legais de legitimação. O Estado brasileiro ainda não rompeu com relações tradicionais de poder, que pouco espaço concedem para a representação dos interesses e reivindicações populares no quadro institucional. Particularmente o Poder Judiciário, pelo distanciamento que lhe confere um discurso especializado e somente acessível aos estudiosos do direito, permanece hermético e seletivo.

A seletividade do sistema judicial opera em duas vias: enquanto no âmbito civil a promoção de demandas depende da capacidade da parte em identificar seus direitos lesados e arcar com as custas do processo, no âmbito penal somente chegam ao judiciário os inquéritos policiais dos crimes dolosos contra a vida e contra a propriedade, ficando sob o arbítrio policial os delitos relacionados com a conflitualidade interpessoal das favelas e cortiços, das relações domésticas e de vizinhança, das relações entre vendedor e consumidor, de patrão e empregado. Em todos estes contextos, a violência interpessoal emerge como um mecanismo de excesso de poder, em que a parte mais forte impõe a sua vontade através da humilhação do outro, em relacionamentos sociais freqüentemente duradouros.

Para tirar as lições da implantação da Lei nº 9.099/95 no âmbito criminal, na comparação com as demais experiências de informalização da justiça penal, é preciso compreender essa especificidade do Estado brasileiro, em que se delegou à polícia o relacionamento com a maioria da população, para a intermediação dos seus conflitos, e as salas de audiência nas Varas Criminais foram reservadas à punição pública dos ladrões e homicidas.

Os Juizados Especiais Criminais, tendo surgido sob a ideologia da conciliação e da dispersão, para desafogar o judiciário, acabaram abrindo as portas da justiça penal a uma conflitualidade antes abafada nas delegacias, e para a qual o Estado é chamado a exercer um papel de mediador, mais do que punitivo. Com a promessa de resolver disputas através da comunicação e do entendimento, e permitindo uma intervenção menos coercitiva e mais dialógica, em um espaço estrutural (a domesticidade, os relacionamentos interpessoais) que antes ficava à margem da prestação estatal de justiça, a informalização da justiça penal pode ser um caminho para o restabelecimento do diálogo, contribuindo para reverter a tendência de dissolução dos laços de sociabilidade no mundo contemporâneo."

# Legislativo no combate ao crime organizado

A Assembléia Legislativa, através de proposições dos deputados estaduais, tem, de forma ativa, tomado parte na luta contra o crime organizado. Exemplos desta disposição, são os relatórios apresentados pela Subcomissão dos Caminhoneiros Desaparecidos e da Comissão Parlamentar de Inquérito de investigação do crime organizado.

Os referidos relatórios estão transcritos nessa edição do " Relatório Azul ", como forma de prestar contas à sociedade.

## Caminhoneiros desaparecidos

No dia 13 de março de 1999, a CCDH realizou Audiência Pública, onde foi instalada a Subcomissão para os crescentes casos de assaltos e mortes a caminhoneiros. O deputado estadual Francisco Appio (PPB) foi eleito, pelos deputados integrantes da CCDH, relator da Subcomissão. Apresentamos a seguir, parte do relatório final dos trabalhos:

### "Atividadesdesenvolvidas

Na CCDH, foi instalada, há 18 meses, a Subcomissão dos Caminhoneiros Desaparecidos. Esta transformou-se, na prática, num Fórum permanente sobre roubo de cargas e de veículos. Aqui está um relato do trabalho realizado, e que serve de orientação para instituições, autoridades e até mesmo desta Casa, no campo da prevenção. A cada dois dias, três gaúchos são assaltados fora do Estado. No Brasil, diariamente mil veículos são roubados, no Rio Grande do Sul são 56 veículos por dia. A seguir publicamos as informações sobre os caminhoneiros desaparecidos no Estado:



Dauro Luiz Ferreira - 52 anos, é um dos mais antigos e rumorosos casos. Natural de Canguçu, desapareceu em Recife, em fevereiro de 1996. Tivemos a participação direta, na localização do suposto autor desse homicídio - Ananias Elizário da Silva -, preso, que depôs na CPI de Roubo de Cargas e que foi silenciado na rebelião de Brasília, uma semana depois de haver dado o primeiro de uma série de depoimentos nessa CPI.

Sandro Ademir da Rosa - 23 anos, natural de Montenegro, desaparecido no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1996. Foi assaltado quando transportava uma carga de margarina. Seu caminhão chegou a ser encontrado, mas Sandro, nunca mais foi visto. Investigações levaram a L.W., que mora em Blumenau, - onde cumpre pena em regimedomiciliar.



Idonelson Gerlach - 35 anos, de Passo Fundo, desapareceu em Itumbiara, Goiás, em fevereiro de 1996. Iniciou sua viagem em São Paulo, em companhia de um amigo, L.A., tendo chegado ao destino, mas, até hoje, não se soube do seu paradeiro.





Benilson Rodrigues da Rocha - 30 anos, desapareceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em abril de 1995, quando, com um caminhão Mercedes Benz frigorífico, transportava uma carga de frangos para Belo Horizonte. Seu último contato ocorreu em 19 de abril de 1995.



Emerson Loch Borges - 24 anos, de Canguçu, desaparecido em Cuiabá, Mato Grosso, em julho de 1996, foi assaltado, existindo informações de que os ladrões estariam presos naquela Capital, o que mais tarde não se confirmou.



Vanderlei Moresco - 22 anos, natural de Nova Araçá, desapareceu em dezembro de 1998, no Posto da Mata, interior do Estado da Bahia. Seu caminhão foi encontrado abandonado com manchas de sangue, e o seu corpo jamais foi encontrado.

Januário Carlos Borges - 39 anos, de Três Cachoeiras, desapareceu em Itabela, Bahia. Seu último contato com a família ocorreu em 12 de setembro de 1996. No dia 16, obteve-se a confirmação de que o caminhão entregara a mercadoria. No dia 17, chegou a fazer remessa de dinheiro para o proprietário do caminhão, e nunca mais se obteve qualquer informação.



Volnei Seco de Almeida - 31 anos, de Vacaria, desapareceu em Uberlândia, Minas Gerais, em 18 de agosto de 1997, quando pediu socorro para o seu patrão, pois estava com os pneus do veículo em mau estado. Três dias depois, o proprietário viajou para a região, mas não localizou o caminhoneiro.

Pedro Paulino Pretto - 38 anos, natural de Antônio Prado, residia em Campo Belo do Sul, Santa Catarina, desaparecido em setembro de 1998, em Vitória, Espírito Santo. Depois de carregar uma camioneta acidentada e que tinha como destino a Cia. de Seguros Bamerindus em Curitiba, desapareceu sem entregar a mercadoria. Poucos dias antes, ele havia sido arrolado como testemunha de defesa no caso de um caminhoneiro de Caxias do Sul que assassinou um cidadão na saída de Bento Gonçalves, envolvido com o comércio de caminhões, alegando que o caminhão que havia comprado tinha sido roubado.



Plínio da Silva Camillo - 56 anos, natural de Tramandaí, desaparecido em maio do corrente ano, em Goiânia. O motorista fazia o transporte de uma carga de couros de Inhumas para Paranaguá. Após diligências do proprietário da transportadora, foi encontrado o caminhão em Itupeva, São Paulo, e a carga em Franca, São Paulo. Na segunda quinzena de agosto, a Delegacia de Desaparecidos de Porto Alegre fez diligências no Estado de Goiás, tendo levantado indícios da quadrilha que roubou o caminhão e assassinou o caminhoneiro.

A Subcomissão não operou apenas com a investigação dos caminhoneiros desaparecidos, elaborando também, medidas de prevenção, juntamente com o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a Polícia Estadual, a Polícia Federal, a iniciativa privada, sindicatos, associações, juizes e desembargadores. Ao todo foram elaboradas 21 propostas.

Propostas apresentadas na Subcomissão:

- 1- Desmanches: a proposta da Subcomissão é que até o décimo ano de vida útil, somente poderá haver desmanche de veículos em oficinas autorizadas pelo fabricante, o que depende de legislação federal.
- 2- Leilão de sucatas : só poderá haver leilão, com baixa dos documentos originais do Departamento de Trânsito (Detran), o que impede que esses mesmos documentos sejam usados para clonagem de veículo roubado.
- 3- Matrícula: retorno do sistema de matrícula vinculando o caminhoneiro ao veículo.
- 4- Suspensão do estribo de acesso: criação de um sistema para ocultar o estribo de acesso que tem permitido a abordagem ao motorista em sinaleiras, lombadas e, mais recentemente, nos pardais espalhados pelo Estado, onde há redução de velocidade.
- 5- Comando integrado – Coordenadorias de Polícias Estaduais : criação de um sistema integrado com as delegacias de roubos de cargas e veículos do país, as secretarias de Segurança de outros Estados, as várias instituições, e até mesmo outros países.
- 6- Delegacia de Roubo de Cargas : intensificar a criação em todas as capitais do país de delegacias especializadas que, no intercâmbio de informações, criem um banco de dados.
- 7- Polícia Federal : estudos para alteração da Constituição Federal, com o objetivo de federalizar o roubo de carga, haja vista o envolvimento de vários estados e uma direta conexão com o crime organizado e com o narcotráfico.
- 8- Código de barras para leitura ótica: criação de um sistema para identificação do veículo, nos postos de passagem de pedágio da fronteira, e de fiscalização, com o uso de leitura ótica.
- 9- Infoseg: alteração do Sistema Infoseg, do Ministério da Justiça, que cadastra veículos mas deixa de incluir os motoristas desaparecidos.
- 10- Receita Federal : integração com a Receita Federal para fiscalizar e combater a receptação de mercadorias roubadas, investigando empresas de receptação.
- 11- Prevenção e formação (Sest-Senat): convênios para que sejam criados cursos específicos para profissionalizar os nossos caminhoneiros também no setor defensivo.
- 12- Agilização de investigação processual: que deve constar do relatório da CPI - o inquérito como está é lento e permite a impunidade.
- 13- Retorno do Codesul : a união das autoridades dos vários Estados e de vários países da Operação Centopéia, como referido anteriormente.
- 14- Aprovação do Projeto de Lei n.º 187/97 : para intensificar, no Congresso Nacional, o apoio ao substitutivo que cria o sistema nacional de prevenção, fiscalização, repressão ao furto e roubo de veículos e cargas, tramitando desde 1997.
- 15- Sistema de monitoramento por satélite: para permitir que autônomos, sindicatos e associações de motoristas tenham acesso, com juros baixos, a esse tipo de monitoramento.
- 16- Sistema de identificação nacional : criação de um sistema nacional de identificação de motoristas através da impressão digital para sistemas eletrônicos, permitindo a pronta identificação de qualquer caminhoneiro para que não sejam enterrados como indigentes.
- 17- Centrais de fretes: estimular a criação de centrais de fretes pelo País, para evitar que os motoristas sejam abordados na busca do frete de retorno.
- 18- Responsabilidade do embarcador: responsabilizar as indústrias e os embarcadores pelas mercadorias.





19- Mapeamento do roubo de cargas e veículos : de modo que em todo o País se saiba onde estão os pontos mais vulneráveis para que as autoridades possam agir.

20- Pinturas diferenciadas : no teto e no chassi, como forma de impedir desmanche e facilitar a identificação.

21- Aprovação do Projeto de Lei n.º 274: que estabelece o registro único de veículos para todo o País. O Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan) é um sistema que não tem segurança total em vista do grande número de veículos que são furtados em outros Estados e acabam sendo matriculados no RS.

A Inspeção de Segurança Veicular é um importante mecanismo a ser introduzido. Quem rouba um caminhão cruza o país e vai ao Paraguai sem ser interceptado. Praças de pedágio também devem ser utilizadas como mecanismo de controle. Um disque-denúncia também é necessário. O SOS Caminhoneiro já dispõe do número (51).800.23.00, mas é preciso ampliar esse serviço, para contarmos com a participação das pessoas informando ao perceberem desmanches e roubos.

Um cadastro dos veículos recuperados é outra medida indicada, porque muitos caminhões recuperados estão jogados nos pátios dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans), deste país, impossibilitados de serem identificados adequadamente, pois foram remarcados, suas peças foram substituídas e não há um cadastro a recorrer.

Há necessidade de que a CPI Nacional do Roubo de Carga intensifique seu trabalho, abrangendo toda a União. Iremos intensificar nossos esforços para ver aprovado, no Congresso Nacional, a federalização do crime de roubo de cargas, caminhão e assassinato de motoristas, para que integradas as polícias estaduais e federal possam combater com mais vigor e agilidade esses crimes. Esperamos poder continuar contando com o apoio e participação de todos nesta luta, que deve ser incessante contra o crime cometido contra o caminhoneiro."

## "Gaúchos apoiaram trabalho da CPI

Paulo Pimenta<sup>5</sup>

Foram seis meses dedicados às investigações sobre o roubo de cargas, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. O empenho dos parlamentares e dos integrantes da força-tarefa – constituída por profissionais oriundos do Ministério Público, Secretaria da Justiça e da Segurança, Polícia Federal e de outras instituições da área da segurança pública – possibilitou desvendar a rota do crime organizado no Estado. Um dos resultados concretos foi a manutenção da força-tarefa, como ocorre em São Paulo e nos Estados Unidos.

Neste período, a CPI promoveu 31 reuniões, 23 audiências, 10 palestras, colheu o depoimento de 108 testemunhas, efetuou 53 prisões, indiciou 39 pessoas e afastou um delegado da Polícia Civil e 35 agentes. Desde 24 de março até o término dos trabalhos, o disque-CPI recebeu 1.149 denúncias, sendo 632 sobre narcotráfico, 101 sobre roubo de cargas, 39 sobre lavagem de dinheiro, 377 sobre outros temas, além de receber 119 correspondências. E, ainda, recebeu 212 denúncias contra agentes da polícia civil, 31 contra delegados da polícia civil, seis contra policiais militares e quatro contra policiais federais.

Combater o crime organizado não é tarefa fácil. Ao contrário, sofremos muitas ameaças e constrangimentos. Mas nada capaz de intimidar nossa disposição, pois estávamos convencidos da necessidade de efetivar esta tarefa. Nos foi possível constatar que o crime organizado não é um 'negócio' para amadores, mas que requer grandes 'habilidades'. Sempre há uma mistura entre negócios lícitos e ilícitos, seja no roubo de cargas ou no tráfico de entorpecentes, já que ambas modalidades dependem de um estabelecimento legal para a lavagem de dinheiro. E mais, não existe crime organizado sem o auxílio e o comprometimento de agentes públicos, razão pela qual se faz urgente o combate à corrupção infiltrada nas mais diversas esferas de poder.

Ao contrário da CPI do Narcotráfico da Câmara Federal, aqui no Rio Grande do Sul tivemos muito cuidado em divulgar o nome das testemunhas que contribuíram com nosso trabalho. Só tornamos pública a identidade daquelas pessoas que não corriam o risco de sofrer retaliações ou se isso não compromettesse as nossas investigações. Sempre que necessário, nossos depoentes compareciam

<sup>5</sup> Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores e presidente da CPI de Combate ao Crime Organizado, da Assembleia Legislativa do RS.

com capuz para proteger seus rostos. E todas as pessoas que prestaram informações à CPI foram tratadas como testemunhas, usufruindo o direito de serem acompanhados por advogados ou defensores públicos.

O crime organizado não tem fronteiras. Ocorre em diversos países e continentes e no Brasil não é diferente. Colocar o exército nas ruas – como propõe o governo FHC e o senador ACM – não resolve o problema da falta de segurança pública no país. De norte a sul, a população vive amedrontada. E o poder público nacional precisa enfrentar este drama. A hipótese de recorrer aos militares para solucionar os sobressaltos não passa de um erro grosseiro. As forças armadas foram treinadas para combater o inimigo. A função policial, em contrapartida, requer uma capacitação profissional específica voltada ao policiamento preventivo e ostensivo. Enquanto o exército foi preparado para atacar o inimigo de fora, os policiais têm a função de proteger a ordem pública.

A sociedade precisa de uma melhor distribuição de riqueza. E não é clichê repetir que a população necessita de escola pública de boa qualidade, de saúde eficiente, de moradia digna e de políticas capazes de manter o homem do campo no meio rural. A inexistência destas questões básicas é um dos tantos fatores que leva a delinquência, à violência, ao tráfico de drogas e ao contínuo ao crime organizado. Nosso objetivo com a CPI foi o de contribuir na elaboração de políticas públicas e legislações voltadas à segurança e ao bem estar da população.

Evidenciamos que a rota principal do narcotráfico no Estado percorre Passo Fundo, Caxias do Sul, BR 116, Vale dos Sinos e região metropolitana. Só em Passo Fundo colhemos o testemunho de 36 pessoas em apenas dois dias. Esta ação se viabilizou a partir de prisões efetuadas pela Polícia Federal, que há três anos vinha estudando os movimentos da quadrilha do narcotraficante Nei Machado, responsável por 70% da droga que ingressa no Estado. Nos deslocamos para lá, acompanhados dos Ministérios Público Federal e Estadual, Secretaria da Justiça e da Segurança, Polícia Civil, Brigada Militar e Secretaria da Fazenda. Devido ao seu êxito, a Operação Passo Fundo recebeu aplausos não só da população local, como de todos aqueles que lutam contra o crime organizado.

Não seríamos ingênuos a ponto de querer acabar com o narcotráfico. Mas, como homens públicos, sensíveis à segurança social, temos o dever de lidar com questões tão complexas como estas. E, sobretudo, propor legislações e apontar políticas capazes de devolver a paz e a tranquilidade à sociedade sobressaltada. É preciso capacitar os profissionais da área da segurança, conceder-lhes salários dignos, elaborar leis mais rigorosas. Mas, fundamentalmente, ter vontade política e aprimorar esta experiência de trabalho conjunto entre as mais diversas instituições públicas. Sem esta ação integrada, a CPI não teria obtido os resultados que já estão refletindo na sociedade rio-grandense”.

## Juventude e violência urbana

Como contribuição ao capítulo, apresentamos, a seguir, contribuição sobre esta que apresenta-se como maior vítima da violência urbana: a juventude.

### “Juventude, agressividade e violência

José Vicente Tavares dos Santos<sup>6</sup>

A juventude tem sido a grande vítima da ruptura de laços sociais que a década da globalização produziu, pois não só é a maioria daqueles que foram mortos por causas externas – homicídios, mortes por uso de armas de fogo, acidentes de trânsito – como tem passado por dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. O fenômeno da violência na escola, verificado até agora em 22 países, demonstra uma percepção de incerteza e de falta de perspectivas. Ao mesmo tempo, não se reconhece que o jovem e o adolescente estão

<sup>6</sup> Professor de Sociologia do IFCH da UFRGS e presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).







## Violência urbana

em um processo de transição para a vida adulta, momento no qual sua agressividade é necessária para poder se autonomizar e construir um lugar no espaço social, sem a qual teríamos seres vegetativos.

Na teoria do conflito intra-psíquico e do dualismo pulsional, formulada por Freud após uma vivência da morte e a observação da I Guerra Mundial, a realidade psíquica é conflitual na medida em que ela é animada por exigências contraditórias: uma carga energética que visa à descarga, à satisfação pela redução da tensão, exige para isto um trabalho psíquico. A agressividade se situaria por dois modos: de uma parte, pode ser transformada em agressão e violência; de outra parte, a agressividade está ligada à luta do eu por sua conservação e afirmação. Estaríamos aqui diante de uma agressividade construtiva e necessária para o pleno desenvolvimento da personalidade do jovem e adolescente, ao se introjetar, como culpabilidade, e ao se sublimar, como criação cultural, científica ou artística.

A violência, a partir desta leitura da teoria de Freud, seria uma parte da pulsão de morte - a parcela da agressividade não reprimida pelo superego e nem introjetada como culpabilidade, tampouco sublimada como criação - que se dirige para um outro, com o recurso à força ou à coerção, de modo a causar dano, físico ou simbólico. Daí ser possível Freud falar de um "mal estar da civilização", o qual se transformou na sociedade contemporânea, segundo BAUMAN, em uma obsessiva preocupação com o individualismo e a segurança pessoal. Neste plano, situa-se a relação do jovem com a violência: ora vítima, ora agressor, sua vida, na sociedade contemporânea, tem sido um processo de luta para conviver, ou superar, a violência desta era de mundialização<sup>7</sup>.

Desenhar novos horizontes para os jovens e adolescentes implica afirmar uma postura intelectual caracterizada por uma Pós-Modernidade Rebelde, a qual reconhece as profundas transformações sociais do capitalismo na era do globalismo mas mantém, na linha histórica do pensamento insurgente que marcou a modernidade no Século XX, ora findo, a perspectiva da crítica e da rebeldia intelectuais, desenhando projetos emancipatórios capaz de visualizar alternativas de sociedade. O sonho de uma sociedade democrática, pós-moderna, multicultural, capaz de realizar, de modo radical, projetos sociais e políticos que reduzam a exclusão social, reconstruam a solidariedade e a dignidade humana, afirmando o respeito à diferença e a liberdade da ação coletiva. Nesta sociedade do Século XXI, os jovens e adolescentes certamente terão um lugar privilegiado, invertendo as relações sociais orientados pela violência e reconstruindo a esperança de um novo mundo e de uma cultura da paz".

<sup>7</sup>BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

